



CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTENCIA SOCIAL CONSTRUINDO QUALIDADE DE VIDA PARA A PESSOA IDOSA

Séfora Lisbânia de Souza Silva; Maria Izabel dos Santos Nogueira

Faculdade Mauricio de Nassau – e-mail: seforalisbania@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas muitos fatores contribuiriam para o aumento da expectativa de vida: os avanços da medicina e a prevenção de doenças, mudanças nos padrões alimentares e de higiene, o avanço tecnológico marcando uma melhora na qualidade de vida, tanto em nível econômico como político e cultural.

E nessa perspectiva segundo autores que abordam sobre esse assunto Azevedo (2005) e Veras (2003) afirmam que vivemos em uma sociedade onde a juventude e a beleza estética sejam mais valorizadas do que a experiência, essa realidade permite, muitas vezes, que a pessoa idosa seja vista com preconceitos referentes à inutilidade, dependência e improdutividade. Esses conceitos errôneos por parte da sociedade fazem com que muitos idosos encontrem dificuldade em manter-se inserido na mesma, preferindo assim, manter-se isolado. (BRASIL, 2002)

De acordo com estimativas das Nações Unidas, em 2011, a população idosa correspondeu a 11% da população mundial e em 2050 espera-se um acréscimo relativo a 22%. Atualmente os idosos brasileiros representam cerca de 10% da população, segundo o IBGE na população brasileira estima-se 15 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, que representam cerca de 8,6% da população. Os mesmos dados nos mostram um acréscimo significativo da população idosa, em 1950 havia cerca de 204 milhões de idosos no mundo, em 1998 esta numeração elevou-se para 579 milhões, isto nos mostra um aumento de quase oito milhões de pessoas idosas por ano (TEIXEIRA, 2013).

Na atualidade, as relações de convivência familiar e o estabelecimento de vínculos sociais constituem-se como indicadores relevantes na qualificação da condição de saúde da população idosa. Esta relação possibilita uma melhor qualidade de vida e maior capacidade de sobrevivência (BRASIL, 2002).

Com isso percebe-se que o vínculo estabelecido entre o idoso e os outros membros da família facilita ou não a convivência familiar e a passagem tranquila por esse ciclo vital que, como todos os outros ciclos contêm crises e adaptações. É necessário que a sociedade esteja preparada para acolher com mais dignidade a pessoa do idoso que está cada vez mais precisando de atenção e cuidados que requer planejamento por parte e quem faz as políticas e investimentos públicos.

Visando essa parte específica da população, atualmente, os esforços no sentido de manter o idoso inserido socialmente têm aumentado. Uma das formas para manter essa inserção é através da formação de grupos de convivência, nos quais a pessoa idosa encontra espaço para colocar-se e/ou desenvolver atividades como: trabalhos manuais, exercícios físicos, bailes, teatro, comemorações de datas importantes e passeios.

Diante dessa perspectiva como integrante de Serviço Social no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), localizado na cidade de Riachuelo-RN e atuando dentro do grupo de convivência para idosos, foi possível perceber que o grupo que lá existe, possui um número frequente de participantes que despertou o interesse referente à importância das atividades realizadas em grupo para melhoria na qualidade de vida desses idosos.

METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÃO

A metodologia utilizada para a pesquisa apresenta caráter bibliográfico qualitativo um estudo de revisão de literatura, numa abordagem qualitativa onde na oportunidade se buscou conhecer a contribuição do Centro de Referência da Assistência Social e o grupo terapia a partir de sua inserção nas mudanças ocorridas na vida das pessoas idosas, como também contribuir com a busca de conhecimentos acerca da vida dos idosos em sociedade.

É de conhecimentos que as políticas sociais podem ser entendidas como estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais ou econômicas. Com isso, Neri (2009), referindo-se ao surgimento de políticas sociais, chama atenção para o propósito do Estado de “amenizar as desigualdades existentes, sob a forma de controle da sociedade, na manutenção do sistema” o que acionava ações paliativas, fragmentadas, sob responsabilidade muitas vezes somente da família.

Quando o idoso tornava-se improdutivo, caberia à família assegurar sua subsistência. Torna-se oportuno enfatizar, portanto, que, por meio dessas políticas, direitos são concretizados e novas possibilidades de intervenção são direcionadas à melhoria da qualidade de vida da população.

Sabemos que embora haja legislação específica que deveria garantir o exercício da cidadania e direitos dos idosos - como assistência, habitação, alimentação e lazer - estabelecidos por meio das políticas sociais -, constitui espaço contraditório, pois, “o assistencial, como mecanismo presente nas políticas sociais, revela-se, ao mesmo tempo, como exclusão e inclusão aos bens e serviços “ (SPOSSATI, 2007). Na realidade, todos deveriam ter acesso ao suprimento de suas necessidades de subsistência, sem passar por triagens e interrogatórios por parte dos profissionais, que põem os indivíduos em situação vexatória diante de sua realidade de exclusão.

O envelhecimento enquanto política ganha visibilidade por meio das reivindicações de trabalhadores idosos; “rompe com sua dimensão privada, sob a responsabilidade da família, da vizinhança, das instituições filantrópicas, para assumir a dimensão de problema social, de caráter estrutural e sujeito a respostas no âmbito estatal” (TEIXEIRA, 2008).

Dessa forma, a política social torna-se importante para o idoso como possibilidade de garantia de direito. O entendimento da trajetória e a constituição da legislação de amparo ao idoso podem levar pesquisadores e interessados na Gerontologia Social a adquirir, compreensão de como o processo de envelhecimento e o estabelecimento das políticas sociais vem constituindo-se na contemporaneidade.

No entanto, a proteção social da Assistência Social basicamente visa a atender situações de vitimização, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana.

A proteção social engloba atenções, cuidados, ações, auxílios e benefícios, os quais o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) dispõe para neutralizar o impacto da questão social na vida das pessoas, para garantir a dignidade e o exercício da cidadania.

Nessa perspectiva surge o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), atua como a principal porta de entrada do SUAS sendo responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social¹.

Assim o principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, cuja execução é obrigatória e exclusiva consistindo em um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

Neste contexto, fica evidente o atendimento e acompanhamento dos idosos nesses Centros, uma vez que os ajudam nas suas limitações, autocuidado e reinserção na sociedade. Geralmente são trabalhados os grupo terapias que consistem em atividades diversificadas onde se vivencia momentos de descontração e de aprendizado para o incentivo a vida mais afetiva de todos que estão na terceira idade.

Alguns autores expõem que nesses encontros os idosos têm sua participação por meio de danças com apresentações culturais, trabalho artesanal através da pintura e também se desenvolve jogos e ainda é oferecido uma oportunidade de ações

¹ Texto retirado <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras>

desenvolvidas por profissionais que fazem parceria com a Assistência Social tais como cabeleireiro, manicure, que embelezam o dia e a vida os idosos que precisam tão bem serem inseridos no meio social (CANOAS, 2011; GOMES, 2012).

E assim, cabe ao Serviço Social, em sua função educativa e política, trabalhar os direitos sociais do idoso, resgatar sua dignidade, estimular consciência participativa do idoso objetivando sua integração com as pessoas, trabalhando o idoso na sua particularidade e singularidade, levando em consideração que ele é parcela de uma totalidade que é complexa e contraditória.

Partindo do que se sabe mais precisamente com relação a família e à sociedade, o Serviço Social tem como tarefa essencial, tecer considerações e reflexões sobre a questão do idoso, baseado numa visão transformadora e crítica, despertando em ambas o cuidado e o respeito pela pessoa idosa. Isso nos servirá como sinal de valorização do respeito pelo nosso próprio futuro, pois haveremos de adquirir idade e inevitavelmente nos confrontaremos com a velhice.

É interessante observar que o Serviço Social reconhece o idoso como sujeito, cidadão, vislumbrando o seu valor. Porém, a valorização do idoso não deve partir somente do segmento que trabalha nessa área, mas, principalmente, do eixo familiar, uma vez que é referência para o indivíduo.

Assim sendo, o Serviço Social no trato com a família do idoso, deve orientá-los a respeitar a tomada de decisão do idoso consciente, respeitando sua autonomia e liberdade pessoal. No âmbito das políticas é preciso focar essa demanda atual criando mecanismos eficazes no atendimento a população idosa.

Pensar a educação de idosos como um processo contínuo é desenvolver uma nova postura crítica e reflexiva frente aos problemas decorrentes dessa fase da vida estimulando a emergência de potencialidades e de criatividade dos alunos do programa. Nesse processo é importante que o idoso possa exercitar uma visão crítica da realidade em que vive e atua, bem como a convicção de que é possível transformá-la.

CONCLUSÕES

Pode-se dizer que muito precisa ser feito para valorizar os idosos e seus interesses para melhor viver em sociedade. Cada pessoa deve ter consciência que ao chegar à terceira idade faz se necessário ampliar espaços e condições de inserção para atender as necessidades de todos que precisam e que procuram se inserir no meio social como indivíduo atuante.

São inúmeras ações com foco direto para a informação sobre os direitos dos idosos, das conquistas na área social que visam benefícios aos cidadãos, fornecimento de reuniões em grupos da sociedade com o objetivo de instigar a participação social do

idoso e sua integração na comunidade compreendendo melhor o que eles pensam sobre o seu modo de vida mostrando-os a sua importância na comunidade divulgando os seus benefícios de direito, e através destes aparatos pretende-se resgatar a autonomia, a dignidade e o respeito que os idosos merecem ter e que é deles nele também se pode observar que o trabalho do Assistente Social deve contribuir para a efetivação dos direitos dos idosos, em reconhecimento da sua cidadania e plenitude do que está na Lei.

Este trabalho mostrou que o serviço social há muito vem rompendo barreiras e quebrando paradigmas na efetivação dos direitos de todos os cidadãos, através da proteção social vieram milhares de transformações nas políticas públicas da ordem do favor para a do direito social, as práticas inovadoras vieram ajudar a justar as novas demandas propostas pela modificação da realidade nacional e as discussões serviram para a formulação de uma nova política pública da Assistência Social através da inclusão de direitos sociais.

Passou-se a compreender melhor que com o aumento da longevidade populacional houve a necessidade de implementação de políticas voltadas a atenção do idoso, através de novas estratégias que emancipem os idosos fazendo a sociedade reconhecê-lo como parte integrante da mesma.

Nesse trabalho ainda se percebeu a importância do profissional do serviço social na entrega desses direitos e na criação de novas ações e programas que reintegrem os idosos a sociedade, elevando sua autoestima, retirando-os da solidão vivenciada por muitos e fazendo-os conhecer os seus direitos como membro da comunidade e da sociedade em que vive.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- AZEVEDO, Sérgio. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Fase, 2005. p. 38-44.
- BRASIL. Comissão de direitos humanos da câmara dos deputados. V Caravana Nacional de Direitos Humanos: uma amostra da realidade dos abrigos e asilos no Brasil. Brasília: câmara dos deputados, 2002.
- CANOAS, C.S. A condição humana do velho. São Paulo: Cortez, 2011.
- GOMES, A.L. O Benefício da prestação continuada: uma trajetória de retrocessos e limites – construindo possibilidade de avanços? In: Seminário internacional: mínimos de cidadania e benefícios a idosos e pessoas deficientes – Brasil, França e Portugal. São Paulo: FAPESP, 2012.



CONGRESSO INTERNACIONAL DE
ENVELHECIMENTO HUMANO
24 A 26 DE SETEMBRO DE 2015

- NERI, Anita Liberalesso (Org.). Qualidade de Vida e Idade Madura. Campinas: Papyrus, 2009.
- SPOSATI, A. Pobreza e cidadania no Brasil contemporâneo. Revista Serviço social e Sociedade, n.63, p.131-139, 2007.
- TEIXEIRA, M. B. Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da Saúde. 2013.
- VERAS, Renato. A longevidade da população: desafios e conquistas. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, ano XXIV, n. 75, 2003, p.5 – 18.

